

UNIVERSIDADE E ESCOLA: EM BUSCA DE UM DIÁLOGO

Maria Gerlaine Belchior Amaral¹

INTRODUÇÃO

A socialização do saber científico é uma temática contemporânea presente no debate acadêmico em âmbito local, nacional e internacional. Os achados do campo científico são subsídios incomensuráveis para subsidiar a formação dos professores e, por conseguinte melhorar o padrão de qualidade do ensino. Ciente de tal realidade este trabalho traz para o âmbito acadêmico a discussão acerca da necessidade de que seja pensada a interlocução entre o saber produzido no interior da universidade e a escola.

Para fins de contextualização do objeto focalizado neste estudo, pontuamos que o movimento pela socialização do saber científico, em escala mundial, é algo recente. Remonta aos decênios de 1970 e 1980. O alto valor financeiro para custear de forma impressa a publicação das pesquisas desenvolvidas pela universidade desencadeou um movimento em diversos países, denominado *Crise dos Periódicos*. Esse movimento refletia a inquietação daqueles que entendiam que os achados da pesquisa científica deviam se tornar um bem de domínio público. Tal movimento espalhou-se por diversos países, inclusive pelo Brasil.

No que diz respeito à socialização do saber, o Brasil tem demonstrado avanços. Na perspectiva de viabilizar a concretude do acesso massivo ao conhecimento científico o Poder público, por meio do Ministério da Ciência e Tecnologia, criou um órgão que é referência nacional nesta área. Este órgão é o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), com a função precípua de promover o acesso livre ao conhecimento. O IBICT foi Fundado no dia 04 de março de 1954 a partir do antigo Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD), o Ibiict é um órgão público federal da administração direta pertencente à estrutura de unidades de pesquisa do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT). [...] Hoje, o Ibiict tornou-se referência em projetos voltados ao movimento do acesso livre ao conhecimento. (INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA, 2010, p. 1).

Cabe registrar que o IBICT tem por missão promover a competência, o desenvolvimento de recursos e a infraestrutura de informação em ciência e tecnologia para a produção, socialização e integração do conhecimento científico-tecnológico. É oportuno destacar a significativa relevância desse órgão no campo da socialização do saber, por ser um organismo federal criado com a função explícita de, entre outras coisas, socializar o conhecimento científico.

Convém pontuar que o IBICT foi criado em 1954, entretanto, deste período até os dias atuais a sociedade passou por transformações profundas em diferentes áreas. Assim, este texto tem por objetivo apontar avanços alcançados no campo da socialização do conhecimento científico, bem como, identificar lacunas que ainda necessitam ser supridas.

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

Para aprofundar conhecimentos no âmbito da socialização do saber científico, foi realizado um levantamento bibliográfico com aporte teórico nos seguintes autores: Sousa (2008), Marcondes (2006), Carvalho (2004), Garcia (2001), Loiola (1991), entre outros. Também foi realizada a consulta e análise dos seguintes documentos: *Declaração de Berlim sobre Acesso Livre ao Conhecimento nas Ciências e Humanidades*; *Declaração de Salvador sobre Acesso Aberto: a perspectiva dos países em desenvolvimento*.

DESENVOLVIMENTO

¹ Professora Adjunta da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, gerlaine.ufcg@yahoo.com.br;

No ano de 2003, diversos países se reuniram num evento internacional, em Berlim, promovendo um diálogo aberto sobre a socialização do saber científico. Desse evento, resultou um documento oficial do qual o Brasil é signatário. Trata-se da *Declaração de Berlim sobre Acesso Livre ao Conhecimento nas Ciências e Humanidades*⁶, a qual foi assinada em 22/10/2003. De acordo com esse documento, A Internet transformou radicalmente as realidades práticas e econômicas da difusão do conhecimento científico e do património cultural. Pela primeira vez na história, a Internet oferece-nos a possibilidade de constituir uma representação global e interactiva do conhecimento humano, incluindo o património cultural, e a garantia de acesso mundial. (DECLARAÇÃO DE BERLIM, 2003 p. 1).

Ante essa nova realidade possibilitada pelo avanço tecnológico, desencadeada pela internet, diversos países, dentre eles o Brasil, registraram nesse documento suas intenções e posicionamentos em relação à socialização do saber científico, Nós, os signatários, sentimo-nos obrigados a responder aos desafios da Internet como o meio funcional emergente de difusão do conhecimento. De acordo com o espírito da *Declaration of the Budapest Open Access Initiative*, da *ECHO Charter* e da *Bethesda Statement on Open Access Publishing*, redigimos esta Declaração para promover a Internet como o instrumento funcional a serviço de uma base de conhecimento científico global e do pensamento humano. (DECLARAÇÃO DE BERLIM, 2003, p. 1).

Do referido evento, foram elaborados e documentados os seguintes encaminhamentos:

- a nossa missão de disseminar o conhecimento estará incompleta se a informação não for tornada rapidamente acessível e em larga escala à sociedade. Novas possibilidades de difusão do conhecimento, não apenas através do método clássico, mas também, e cada vez mais, através do paradigma do acesso livre via Internet devem ser apoiadas. Nós definimos o acesso livre como uma fonte universal do conhecimento humano e do património cultural que foi aprovada pela comunidade científica.
- para concretizar esta visão de uma representação global e acessível do conhecimento, a Web do futuro tem de ser sustentável, interactiva e transparente. Conteúdos e ferramentas de software devem ser livremente acessíveis e compatíveis. (DECLARAÇÃO DE BERLIM, 2003, p. 1).

Ressaltamos que todos os fatos históricos são datados trazendo em seu cerne os traços da sociedade na qual está imerso, no tempo e no espaço em que ocorrem. Com efeito, a leitura social da Declaração de Berlim traz explícita a nova era vivida pela humanidade no que diz respeito à socialização do saber científico. Na leitura da referida Declaração, é possível identificar o incontestável avanço dos meios convencionais de socialização do saber, e, conforme escrito textualmente, “[...] vislumbrar a internet como o instrumento funcional a serviço de uma base de conhecimento científico global.”

Dando prosseguimento ao debate acerca da socialização do saber foi realizado mais um evento, desta vez sediado no Brasil. Este, de carácter internacional, aconteceu em setembro de 2005 na cidade de Salvador. Foi denominado *International Seminar on Open Access* e ratifica a concepção da imperiosa necessidade de acesso democrático ao saber científico. Neste, foi assinada a *Declaração de Salvador sobre Acesso Aberto: a perspectiva dos países em desenvolvimento*. Esse documento estabelece que O Acesso Aberto significa acesso e uso irrestrito da informação científica. O Acesso Aberto promove a equidade. Historicamente, a circulação da informação científica nos países em desenvolvimento tem sido limitada por inúmeras barreiras incluindo modelos econômicos, infraestrutura, políticas, idioma e cultura. (DECLARAÇÃO DE SALVADOR, 2005, p.1). Mediante esse entendimento de que o acesso aberto é um princípio necessário à equidade, este passa a ser defendido como um direito universal. Vejamos o que registra esse trecho da Declaração de Salvador (2005, p.1). Consequentemente, Nós, os participantes do *International Seminar on Open Access* concordamos que:

1. A pesquisa científica e tecnológica é essencial para o desenvolvimento social e econômico.
3. Em uma perspectiva mais ampla, o Acesso Aberto favorece a educação e o uso da informação científica pelo público.
4. Em um mundo crescentemente globalizado, no qual a ciência proclama ser universal, a exclusão do acesso à informação é inaceitável. É importante que o acesso seja considerado um direito universal, independente de qualquer região geográfica.

Além de explicitar formalmente e justificar a relevância social do Acesso Aberto à informação científica ao público em geral, o documento propõe ações governamentais, que deverão ser efetivadas mediante as políticas públicas de pesquisas, conforme descrito a seguir:

Instamos que os governos deem alta prioridade ao Acesso Aberto nas políticas científicas incluindo:

- a exigência de que a pesquisa financiada com recursos públicos seja disponibilizada através de Acesso Aberto;
- a inclusão do custo da publicação como parte do custo de pesquisa;
- o fortalecimento dos periódicos nacionais de Acesso Aberto, de repositórios e de outras iniciativas pertinentes;
- a promoção da integração da informação científica dos países em desenvolvimento no escopo mundial do conhecimento.

Conclamamos a todos os parceiros da comunidade internacional para conjuntamente assegurar que a informação científica seja de livre acesso e disponível para todos e para sempre. (DECLARAÇÃO DE SALVADOR, 2005, p. 1). De modo particular, considerando o campo educativo, os professores passam também a ser beneficiados com o acesso irrestrito à informação científica, o que constitui de fato, uma ferramenta potente para dinamizar a prática educativa.

As recomendações oriundas dos documentos anteriormente mencionados repercutiram nas exigências da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) aos Programas de Pós-Graduação – Mestrado e Doutorado – no tocante à política de socialização do saber científico.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A este trabalho interessa destacar as transformações ocorridas no campo das comunicações, pois a socialização do saber está diretamente ligada a tais transformações. Com efeito, é imperioso destacar que o desenvolvimento científico e tecnológico alcançado nos tempos hodiernos mudou de forma absolutamente radical a maneira do mundo moderno se comunicar. A tecnologia objetivada na informatização criou diversificadas possibilidades de comunicação intercontinental que revolucionou todo o desenho societal contemporâneo. A manifestação mais expressiva deste novo cenário comunicacional é a internet. Este extraordinário modo de comunicação consiste numa “Rede de computadores de abrangência mundial que interliga os mais diferentes sistemas computacionais e redes e que possibilita [...] a troca de dados entre eles.” (MARCONDES, 2006, p. 19). A potencialidade comunicativa dessa rede mundial de computadores interligados não conhece fronteiras. A internet elimina as barreiras geográficas e permite que uma mesma informação seja disponibilizada simultaneamente em todas as partes do mundo onde a tecnologia computacional se faça presente.

Neste cenário contemporâneo de novas tecnologias de comunicação e informação, foi inaugurado em 2001 um portal aberto à comunidade científica e, no ano seguinte, algo bem mais abrangente, uma Biblioteca Virtual de domínio público. Trata-se da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), um instrumento funcional do IBICT para democratizar o saber produzido nas universidades brasileiras. Este acervo eletrônico tem por objetivo Integrar, em um só portal, os sistemas de informação de teses e dissertações existentes no País, assim como disponibilizar em todo o mundo, via Internet, o catálogo nacional de teses e dissertações em texto integral. O portal tem como proposta, além de disponibilizar gradativamente, para consulta ou *download*, a produção nacional de teses e dissertações, oferecer aos usuários produtos e serviços integrados capazes de proporcionar aumento significativo ao impacto de suas pesquisas o Brasil ocupa posição privilegiada no campo da socialização do saber científico, possuindo a 2ª maior Biblioteca Digital do mundo, e é a 5ª nação mundial em número de repositório.

A partir do ano de 2006 a CAPES e o CNPq determinaram que toda pesquisa em nível de mestrado ou doutorado realizada em universidade pública deveria obrigatoriamente ser disponibilizada na BNTD, ou seja tornar o saber científico como um bem público. No âmbito educacional, os Programas de Pós-Graduação em Educação disponibilizam achados de pesquisas que se aplicam tanto a Educação Básica, quanto à Educação Superior.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados aqui registrados revelam que estamos vivendo num momento de avanço científico tão impactante de modo que é impossível mensurar os desdobramentos dessa tecnologia comunicacional que conecta todos ao eliminar as barreiras geográficas. É a primeira vez na História da humanidade que o saber científico se torna um bem de domínio público.

No campo educacional é possível afirmar que por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações os professores da Educação Básica podem ter acesso aos conhecimentos produzidos no âmbito da pós-graduação brasileira e melhorar de modo substancial sua formação docente. Assim, as práticas educativas têm maiores possibilidades de serem aprimoradas à luz do conhecimento científico.

Palavras-chave: Universidade; Escola; Socialização; Formação.

REFERÊNCIAS

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR.

História e missão. 2006a. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br>>. Acesso em: 7 jul. 2017.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR.

Portaria nº 13, de 15 de fevereiro de 2006b. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/legislacao/Portaria_013_2006.pdf>. Acesso em: 7 jul. 2017.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR.

Qualis. 2009. Disponível em: <http://www.prppg.ufc.br/pibiti/index.php?option=com_content&view=article&id=56&Itemid=14>. Acesso em: 28 nov. 2018.

DECLARAÇÃO DE BERLIM SOBRE ACESSO LIVRE AO CONHECIMENTO NAS CIÊNCIAS E HUMANIDADES, 2003, Berlim. Versão portuguesa elaborada pelos Serviços de Documentação da Universidade do Minho. Disponível em: <<https://repositorium.sdum.uminho.pt/about/declaracao-berlim.html>>. Acesso em: 27 jun. 2019

DECLARAÇÃO DE SALVADOR SOBRE ACESSO ABERTO: a perspectiva dos países em desenvolvimento, 2005, Salvador. 2005. Disponível em: <<http://www.icml9.org/channel.php?lang=pt&channel=86&content=428>>. Acesso em: 27 out. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA. **Ciência e tecnologia.** 2010. Disponível em: <<http://www.ibict.br/secao.php?cat=Missão>>. Acesso em: 27 out. 2018.

MARCONDES, C. H. *et al.* (Org.). **Bibliotecas digitais: saberes e práticas.** 2. ed. Salvador: EDUFBA; Brasília: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, 2006.